

Matrinchã
Transmissora
de Energia
(TP Norte) S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 7.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;– a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e– a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do ativo contratual, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araujo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	116.634	116.256
Contas a receber	9	23.114	16.109
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.230	5.534
Ativo de contrato	10	166.773	153.155
Outros ativos		<u>13.806</u>	<u>6.277</u>
Total do ativo circulante		<u>326.557</u>	<u>297.331</u>
Não circulante			
Caixa Restrito	11	29.815	47.123
Ativo de contrato	10	2.315.718	2.369.670
Imobilizado		18	26
Intangível		<u>15</u>	<u>15</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.345.566</u>	<u>2.416.834</u>
Total do ativo		<u>2.672.123</u>	<u>2.714.165</u>
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	12	10.344	10.180
Empréstimos e financiamentos	13	53.988	48.686
Debêntures	14	16.204	-
Salários e encargos		895	345
Impostos e contribuições sociais		3.606	4.988
Imposto de renda e contribuição social a recolher		4.651	-
Dividendos a pagar	17.c	43.818	75.183
Outros passivos		<u>4.121</u>	<u>1.130</u>
Total do passivo circulante		<u>137.627</u>	<u>140.512</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	479.990	519.111
Debêntures	14	203.326	193.088
Passivo contingente	16	4.581	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>149.318</u>	<u>155.701</u>
Total do passivo não circulante		<u>837.215</u>	<u>867.900</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	1.508.073	1.508.073
Reserva legal	17.b	16.739	12.816
Reserva de lucros retidos		172.469	40.495
Dividendos adicionais propostos		<u>-</u>	<u>144.369</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.697.281</u>	<u>1.705.753</u>
Total do passivo e do Patrimônio líquido		<u>2.672.123</u>	<u>2.714.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	18	235.106	277.844
Custo de construção		(470)	(38.463)
Gastos operacionais		(7.239)	-
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(27.956)</u>	<u>(16.109)</u>
Lucro bruto		<u>199.441</u>	<u>223.272</u>
Despesas operacionais			
Pessoal		(5.415)	(2.571)
Serviços de terceiros		(6.231)	(4.165)
Outros		<u>(460)</u>	<u>3.695</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		<u>187.335</u>	<u>220.231</u>
Receitas financeiras	19	9.567	23.802
Despesas financeiras	19	<u>(71.477)</u>	<u>(71.132)</u>
Resultado financeiro (líquido)		<u>(61.910)</u>	<u>(47.330)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		125.425	172.901
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	15	<u>(46.965)</u>	<u>(55.808)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>78.460</u></u>	<u><u>117.093</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	78.460	117.093
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>78.460</u>	<u>117.093</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>					Total
	Capital social	Legal	Lucros retidos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.508.073	6.961	40.495	60.940	-	1.616.469
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	117.093	117.093
Constituição de reserva legal	-	5.855	-	-	(5.855)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(27.809)	(27.809)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	83.429	(83.429)	(0,40)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.508.073	12.816	40.495	144.369	-	1.705.753
Ajuste da adoção inicial do CPC 47	-	-	-	-	(68.298)	(68.298)
Saldos em 1 de janeiro de 2018	1.508.073	12.816	40.495	144.369	(68.298)	1.637.455
Reclassificação de dividendos adicionais propostos	-	-	144.369	(144.369)	-	-
Compensação de reservas	-	-	(68.298)	-	68.298	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	78.460	78.460
Constituição de reserva legal	-	3.923	-	-	(3.923)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(18.634)	(18.634)
Reserva de retenção de lucros	-	-	55.903	-	(55.903)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.508.073	16.739	172.469	-	-	1.697.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	125.425	172.901
Ajuste para:		
Valorização do ativo de contrato	(171.133)	(220.739)
Depreciação	12	81
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	70.611	59.388
(Aumento)/redução nos ativos e Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a receber	(7.005)	1.890
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(696)	(4.217)
Outros ativos	(7.521)	(1.055)
Ativo de contrato	108.494	127.884
Fornecedores	164	(2.261)
Salários e encargos	550	(51)
Impostos e contribuições sociais	(143)	(954)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4.651	-
Passivo contingente	4.581	-
Outros passivos	1.751	(978)
Caixa proveniente das atividades operacionais	129.741	131.889
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(40.995)	(44.274)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(18.214)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	70.532	87.615
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo de contrato	(470)	(38.463)
Caixa Restrito	17.308	1.632
Caixa líquido proveiente das atividades de investimentos	16.838	(36.831)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal - Empréstimos	(53.157)	(52.724)
Captação de empréstimos	16.165	-
Dividendos pagos	(50.000)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(86.992)	(52.724)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	378	(1.940)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	116.256	118.196
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	116.634	116.256
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	378	(1.940)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial deveria ocorrer em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Companhia, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Cláudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Cláudia e até a subestação de Sinop.

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorizações” em R\$ 182.528 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (R\$ 174.208 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018).

- b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**
A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- c. Licenciamento Ambiental**
A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Base de preparação

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação do pronunciamento CPC 47, a qual fornece orientações sobre a contabilização de contratos de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo de contrato.

Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da Receita Anual Permitida (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em Contrato de Concessão.

Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo de contrato e remuneração do Ativo de contrato

A Companhia mensura o Ativo de contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo de contrato é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo de contrato é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo de contrato do referido Contrato de Concessão.

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo de contrato referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão com base em avaliação do contrato no início da concessão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 15.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

a. Adoção do CPC 47

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado. Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. Entre eles, está a qualidade do

serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47.

A norma requer que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, a Companhia tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

Em R\$ mil	Impacto da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018
Lucros acumulados	
Ativo contratual	(103.443)
Imposto de renda e contribuição social relacionados	35.171
Impacto em 1º de janeiro de 2018	<u><u>(68.272)</u></u>

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanco Patrimonial	2018 Ref.	Ajustes de adoção novas práticas	2018 (Sem impacto CPC 47)
Ativo circulante			
Ativo de contrato	166.773 (a)	8.766	158.007
Demais ativos não impactados	<u>159.784</u>	<u>-</u>	<u>159.784</u>
Total do ativo circulante circulante	<u>326.557</u>	<u>8.766</u>	<u>317.791</u>
Ativo não circulante			
Ativo de contrato	2.315.718 (a)	(104.196)	2.419.914
Demais ativos não impactados	<u>29.848</u>	<u>-</u>	<u>29.848</u>
Total do ativo não circulante	<u>2.345.566</u>	<u>(104.196)</u>	<u>2.449.762</u>
Total do ativo	<u><u>2.672.123</u></u>	<u><u>(95.430)</u></u>	<u><u>2.767.553</u></u>
Passivo circulante			
Impostos e contribuições sociais	8.257 (b)	3.414	4.843
Dividendos a pagar	43.818 (c)	(1.094)	44.912
Outros passivos não impactados	<u>85.552</u>	<u>-</u>	<u>85.552</u>

*Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

Balanco Patrimonial	2018	Ref.	Ajustes de adoção novas práticas	2018 (Sem impacto CPC 47)
Total do passivo circulante	137.627		2.320	135.307
Passivo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	149.318	(b)	(27.031)	176.349
Demais passivos não impactados	<u>687.897</u>		<u>-</u>	<u>687.897</u>
Total do passivo não circulante	837.215		(27.031)	864.246
Patrimônio líquido				
Reserva de lucro retidos	172.469	(d)	(70.487)	242.957
Resserva legal	16.739	(d)	(232)	16.970
Demais itens do Patrimônio líquido não impactados	<u>1.508.073</u>		<u>-</u>	<u>1.508.073</u>
Total do Patrimônio líquido	1.697.281		(70.219)	1.768.000
Total do passivo e do Patrimônio líquido	2.672.123		(95.430)	2.767.553

- (a) Implementação do CPC47 que define o ativo da concessão como ativo contratual
- (b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual
- (c) Impacto sobre os dividendos na adoção do ativo contratual
- (d) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

Os impactos da adoção do - na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

Demonstração do resultado do exercício	2018	Ref.	Ajustes de adoção novas práticas	2018 (Sem impacto CPC 47)
Receita líquida	235.106	(a)	8.011	227.095
IR/CSLL corrente e diferido	(46.965)	(b)	(12.621)	(34.344)
Demais itens não impactados	<u>(109.681)</u>		<u>-</u>	<u>(109.681)</u>
	78.460		(4.610)	83.070

- (a) Implementação do CPC47 que define o ativo da concessão como ativo contratual
- (b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual e outros ajustes imateriais sobre apuração dos impostos

b. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que não foram aplicadas à informação comparativa.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um Ativo de contrato é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um Ativo de contrato no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48, veja Nota 7 (Principais políticas contábeis)

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

	CPC 38	CPC 48/
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Debêntures	Custo amoritzado	Outros passivos financeiros

(ii) Transição

A companhia optou por não aplicar as mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 retrospectivamente.

A companhia não apresentou operações de hedge nos exercícios de 2017 e 2018.

A Companhia optou por não rerepresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). Portanto, os períodos comparativos não foram rerepresentados.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial.

- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um Ativo de contrato é mantido.
- A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR.
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação ao VJORA.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48, então, a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

c. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 06 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia efetuou uma análise preliminar de todos os contratos que podem ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), os contratos são de valores baixos e não terão impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

(ii) Transição

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2), se houver, será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

(iii) Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Ativo de contrato

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo de contrato.

7.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

7.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

7.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.7 Receita e custo de construção

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

7.8 Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

7.9 Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

7.10 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.11 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

7.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.12.1 *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.12.2 *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.13 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão (RGR) 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida,

apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a. *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um Ativo de contrato quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um Ativo de contrato em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do Ativo de contrato são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

c. *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos conta movimento	12.687	8.015
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	60.662	76.389
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	19	21
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	37.352	-
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	5.914	31.831
	116.634	116.256

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

9 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos acima de 100 dias	2.608	948
Vencidos de 51 a 100 dias	1.200	3
Vencidos até 50 dias	711	128
A vencer	18.595	15.030
	23.114	16.109

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

10 Ativo de contrato

	31/12/2017	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimento	Ajustes CPC47 (Nota 5)	31/12/2018
Ativo de contrato	2.522.825	470	173.478	(118.852)	(95.430)	2.482.491
Circulante	153.155	-	-	-	-	166.773
Não circulante	2.369.670	-	-	-	-	2.315.718

	31/12/2016	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017
Ativo de contrato	2.391.507	38.463	220.739	(127.884)	2.522.825
Circulante	130.451	-	-	-	153.155
Não circulante	2.261.056	-	-	-	2.369.670

11 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

12 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Itumbiara transmissora de energia S.A.	586	-
China Epri Science & Technology CO.	2.255	2.255
Sistema Pri Engenharia Ltda.	50	50
Process -Protection and control for Energy	55	-
Leme Engenharia	114	-
Nari Group Coporation	593	949
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Brametal S.A.	2.423	2.823
Outros	1.278	1.113
	10.344	10.180

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos.

13 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos BNDES

	31/12/2017	Captação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2018
BNDES Subcrédito A	526.953	16.165	42.784	(39.651)	(46.145)	-	500.106
BNDES Subcrédito B	41.555	-	1.327	(1.344)	(7.013)	-	34.525
Custo de transação	(711)	-	-	-	-	58	(653)
	567.797	16.165	44.111	(40.995)	(53.158)	58	533.978

Empréstimos BNDES

	31/12/2016	Captação	Juros Amortização Apropriados	de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2017
BNDES Subcrédito A	566.217	-	48.428	(42.692)	(45.711)	-	526.953
BNDES Subcrédito B	48.578	-	1.572	(1.582)	(7.013)	-	41.555
Custo de transação	(711)	-	-	-	-	-	(711)
	<u>614.795</u>	<u>-</u>	<u>50.000</u>	<u>(44.274)</u>	<u>(52.724)</u>	<u>-</u>	<u>567.797</u>

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante	53.988	48.686
Passivo não circulante	<u>479.990</u>	<u>519.111</u>
	<u>533.978</u>	<u>567.797</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito 'A'** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 598.573.
- **Subcrédito 'B'** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.
- **Subcrédito 'C'** - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	47.947	47.947	47.947	47.947	253.781	445.569
BNDES Subcrédito B	<u>7.001</u>	<u>7.001</u>	<u>7.001</u>	<u>7.001</u>	<u>6.417</u>	<u>34.421</u>
	<u>54.948</u>	<u>54.948</u>	<u>54.948</u>	<u>54.948</u>	<u>260.198</u>	<u>479.990</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	46.094	46.094	46.094	46.094	299.620	483.996
BNDES Subcrédito B	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>35.115</u>
	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>306.643</u>	<u>519.111</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

14 Debêntures

	31/12/2017	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2018
Debêntures	204.959	-	24.059	229.018
(-) Custo de Transmissão	<u>(11.871)</u>	<u>2.383</u>	<u>-</u>	<u>(9.488)</u>
	<u>193.088</u>	<u>2.383</u>	<u>24.059</u>	<u>219.530</u>

	31/12/2016	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2017
Debêntures	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>
	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>
			31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante			16.204	-
Passivo não circulante			<u>203.326</u>	<u>193.088</u>
			<u>219.530</u>	<u>193.088</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Debêntures	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>117.606</u>	<u>203.326</u>
	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>117.606</u>	<u>203.326</u>

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de emissão: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital próprio igual ou superior à 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos

Base de cálculo

Rendimento do ativo de contrato acumulado em 31/12/2018		778.408
Imposto de renda	25%	194.602
Contribuição social	9%	70.057
Amortização		<u>(60.018)</u>
Saldo em 31/12/2018		<u>204.641</u>
Saldo em 31/12/2017		<u>230.470</u>

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

Base cálculo

Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2018		177.823
Imposto de renda	25%	44.456
Compensação		<u>(3.004)</u>
Saldo em 31/12/2018		<u>41.452</u>

Base negativa em 31/12/2018

Contribuição social	9%	170.167
Compensação		<u>15.315</u>
Saldo em 31/12/2018		<u>(1.444)</u>
		<u>13.871</u>

Saldo em 31/12/2018 55.323

Saldo em 31/12/2017 54.942

Imposto diferido líquido

31/12/2018 149.318

31/12/2017 155.701

Efeito no resultado		31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e csll diferidos			
Lucro líquido antes dos impostos		125.425	172.901
Adições permanentes ao resultado		126.198	126.322
Exclusões temporárias ao resultado		<u>(181.890)</u>	<u>(218.902)</u>
Lucro real		<u>69.733</u>	<u>80.321</u>
Imposto de renda diferido	25%	42.869	54.701
Contribuição social diferida	9%	15.442	19.701
Amortização		<u>(35.032)</u>	<u>(18.594)</u>
Total Diferido		<u>23.279</u>	<u>55.808</u>
Alíquota efetiva			
Imposto de renda		36%	32%
Contribuição social		13%	11%
Imposto de renda e csll corrente			
Lucro líquido antes dos impostos		125.425	172.901
Adições permanentes ao resultado		126.198	45.920
Exclusões temporárias ao resultado		<u>(181.890)</u>	<u>(218.902)</u>
Lucro real		<u>69.733</u>	<u>(81)</u>
Imposto de renda corrente	25%	17.410	-
contribuição social corrente	9%	<u>6.276</u>	<u>-</u>
Total imposto de renda e contribuição social correntes		<u>23.686</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva			
Imposto de renda		19%	0%
Contribuição social		5%	0%
		31/12/2018	31/12/2017
Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		<u>46.965</u>	<u>55.808</u>

16 Passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas à: (a) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (b) Servidões Administrativas e (c) Ação Indenizatória, que ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de

confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou adiantamentos que totalizaram R\$ 32.423 para a Mavi Engenharia e Construções Ltda. (“Mavi”), conforme contrato de Construção firmado à época. No decorrer da construção da linha de transmissão, a Mavi não executou a integralidade dos trabalhos, conforme estabelecido no escopo do contrato firmado e, com a alegação de desequilíbrio econômico financeiro, abandonou a obra. Em decorrência deste abandono e, tendo em vista que as mediações de serviços não foram aprovadas (uma vez que os serviços não foram finalizados), a Companhia não efetuou os pagamentos. No exercício de 2016, a Mavi instaurou requerimento de arbitragem contra a Companhia, no qual pleiteia o valor aproximado de R\$ 113.000, que seriam necessários para o reequilíbrio do contrato.

Após esse pedido pela Mavi, a Companhia realizou estudos técnicos e financeiros, com o objetivo de verificar se o valor requerido pela Mavi era procedente, considerando o que já havia sido adiantado em comparação à construção realizada à época. Após esse estudo, a Companhia apurou que a Mavi deveria ressarcir a Companhia no valor total de R\$ 43.000.

Durante o exercício de 2017, as Partes apresentaram suas defesas e foi realizada apresentação do caso pelas Partes envolvidas à Câmara Arbitral. O processo se encontra em fase pericial, tendo sido estabelecida pelo Tribunal Arbitral a entrega do laudo pericial em 20 de novembro de 2018. As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	625	-
Servidões	1.420	-
Outros	2.536	-
	<u>4.581</u>	<u>-</u>

As contingências possíveis estão classificadas conforme abaixo:

Trabalhistas	506
Servidões	2.955
Administrativas	13.055
Cíveis	499
	<u>17.015</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2018 e	31/12/2017
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	
COPEL Geração e Transmissão S.A.	738.956	
	1.508.073	

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em Ata de Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018 para aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os acionistas aprovaram a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos para futuros pagamentos conforme determinação dos acionistas.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	78.460	117.093
Base de cálculo para reserva legal	78.460	117.093
Reserva Legal (5%)	3.923	5.855
Base de cálculo para dividendos	74.537	111.238
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	18.634	27.809
Reserva de retenção de lucros	55.903	83.429

18 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de Construção	10.782	38.463
Remuneração dos ativos de contrato (a)	171.133	218.902
Receita de Operação e Manutenção	79.358	40.515
Receita operacional bruta	261.273	297.880
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.718)	(1.482)
Reserva global de reversão - RGR	(4.654)	(1.875)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(879)	(639)
Pis	(3.374)	(2.855)
Cofins	(15.542)	(13.185)
Total receita operacional líquida	235.106	277.844

(a) Saldo de 31/12/2018, impactado pela adoção da prática contábil de acordo com o CPC 47.

O CP47 introduziu o conceito da avaliação do projeto considerando as premissas financeiras e operacionais existentes no início do contrato, e as variações de performance e ganhos são registradas por consequência no resultado do exercício, desta forma a remuneração do contrato de concessão considera a taxa inicial até o fim do contrato. O ICPC01 (R2) adota a premissa de atualização financeira com base na revisão constante da taxa interna de retorno do projeto. Como a Companhia adotou até 31 de dezembro de 2017 os princípios do pronunciamento ICPC 01, e, passou a adoção ao CPC 47 em 01 de janeiro de 2018, ocorreu uma redução na apuração da receita do contrato neste exercício.

19 Receitas (despesas) financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	9.627	15.510
Variações monetárias ativas	257	44
Outras receitas financeiras	173	9.010
Pis sobre receitas financeiras	(69)	(108)
Cofins sobre receitas financeiras	(421)	(654)
	<u>9.567</u>	<u>23.802</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(88)	(84)
Juros e multas	(208)	(1.235)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(70.611)	(69.420)
Outras despesas financeiras	(570)	(393)
	<u>(71.477)</u>	<u>(71.132)</u>
Total	<u><u>(61.910)</u></u>	<u><u>(47.330)</u></u>

20 Transações com partes relacionadas

20.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ - 1.045 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2017).

20.2 Operações comerciais

	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2018	31/12/2017
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.		Despesas de		
State Grid Brasil Holding S.A.	Fornecedores	O&M	<u>586</u>	<u>-</u>
			<u><u>586</u></u>	<u><u>-</u></u>

	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2018	31/12/2017
Resultado				
State Grid Brasil Holding- Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	482	413
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Custo operacional	Despesas de O&M	<u>11.181</u>	<u>12.949</u>
			<u>11.663</u>	<u>13.362</u>

21 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

21.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, Ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	116.634	116.256
Contas a receber	23.114	16.109
Caixa restrito	<u>29.815</u>	<u>47.123</u>
	<u>169.563</u>	<u>179.488</u>

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.
- **Contas a receber:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	103.928	108.220
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	19	21

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	103.928	Queda da taxa CDI	7.535	5.654	3.762
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			7,25%	5,44%	3,62%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	533.978	Alta da taxa TJLP	35.082	43.840	52.597
Debêntures	219.529	Alta do IPCA	8.803	10.998	13.205
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			6,57%	8,21%	9,85%
IPCA (%)			4,01%	5,01%	6,015%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,58%, de acordo com a expectativa do mercado.

Considerando o IPCA estimado de 4,40% de acordo com Boletim Focus do Banco Central, para a remuneração de debêntures.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. *Riscos operacionais*

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (**Parcela Variável**).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

21.2 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2018	12/04/2019	R\$ 20.000	100.10.00001306
Garantia de Performance /Fiel Cumprimento do contrato de Concessão	31/03/2018	31/03/2019	R\$ 90.000	024612015000107750008718
Riscos Operacionais	12/02/2019	12/02/2020	R\$ 160.923	519.61000259
Responsabilidade Civil	12/02/2019	12/02/2020	R\$ 10.000	1005100022653